

Síntese da reunião do Conselho Geral

23 de maio de 2013

Estando assegurado o quórum, o Presidente deu início aos trabalhos às 17h30. Antes da ordem do dia, o conselheiro André Pestana sugeriu a introdução de um ponto prévio sobre a situação político-sindical atual. O Presidente pediu aos membros do conselho para se pronunciarem sobre a admissibilidade da proposta.

Rita Magrinho lembrou a proposta aprovada na última reunião que no seu ponto 6 considera que as reuniões do Conselho Geral devem, por princípio, ter um ponto de debate sobre a situação político-sindical e reivindicativa.

Óscar Soares mostrou preocupação pela falta de clareza dos estatutos no que às competências do CG respeita.

Vargas considerou que os pontos da ordem de trabalhos em discussão deverão sempre ser abordados numa perspetiva político-sindical.

Francisco Santos admitiu que a discussão sobre ação reivindicativa não seja obrigatória em todas as reuniões.

Veiguiha recordou as atribuições do CG pelo que considera não se enquadrar na ordem de trabalhos uma discussão sobre as formas de luta próximas.

Ana Gaspar, que se congratulou com a existência do CG, recordou que todas as discussões são orientadas numa perspetiva político-sindical.

O presidente procurou sintetizar o consenso possível a partir das intervenções, cujo sentido é o de não introduzir um ponto específico sobre a situação político sindical e as formas de luta a desenvolver, lembrando que de há muito o CG está disponível para fazer o debate aprofundado sobre questões de natureza sindical afirmando que marcará essa reunião logo que quem de direito a solicitar. O conselheiro André Pestana fez questão de referir que continuou a considerar a importância de acrescentar esse ponto (sobretudo face às lutas importantes que se avizinham) mas reconheceu que os restantes conselheiros tinham outra posição.

Antecedendo o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Rita Magrinho, referindo-se à síntese da reunião anterior, sugeriu que a mesma seja completada nomeadamente com o essencial da sua própria intervenção assim como as respostas do Presidente da Direção e do Tesoureiro.

O Presidente solicitou à secretária da reunião que procedesse de acordo com a sugestão da conselheira.

Iniciada a OT, o presidente deu a palavra a António Avelãs para apresentar a sua proposta que procura dar resposta à necessidade de, com rigor e com oportunidade, dar conhecimento das deliberações tomadas nas reuniões do CG.

Passou a palavra aos conselheiros. Pronunciaram-se:

Joaquim Veiguiha, que referiu a ausência de distinção entre deliberações e recomendações e a dificuldade de dar notícia de umas e de outras.

Francisco Santos, que frisou o carácter consultivo do CG, admitiu aprovar a proposta apresentada salientando a capacidade de cada conselheiro corrigir ou alterar o texto das suas próprias intervenções.

Rolando Silva, que considerou a intervenção de Joaquim Veiguiha como entrando em áreas subjetivas que vão além do que está em discussão. Concordou com a recomendação de Francisco Santos.

Óscar Soares, que defendeu que o conceito de síntese assenta no pressuposto de uma "síntese base".

Augusto Pascoal, que se manifestou muito agradado com esta metodologia pela transparência no funcionamento do CG que representa.

José Manuel Vargas, que se congratulou por, finalmente, sete anos após a sua criação, o Conselho Geral ver divulgadas as suas reuniões; sugeriu a substituição da expressão "decisões" por "conclusões".

Posta à votação a proposta de António Avelãs, foi aprovada por maioria com 3 abstenções, tendo ficado com a seguinte redação:

Normas para publicitação das reuniões do CONSELHO GERAL

Para tentar responder à questão suscitada, a saber, a não divulgação ou divulgação tardia das questões discutidas no Conselho Geral e das decisões aí tomadas, propõe-se o seguinte funcionamento:

1. No final de cada reunião, o presidente do Conselho, com o apoio de quem secretariou, apresentará de forma clara as **decisões** tomadas, de que se dará nota na página do sindicato no próprio dia ou no dia seguinte.
2. Nos dois dias seguintes, o (a) secretário (a) da reunião elaborará uma síntese mais alargada, que enviará a todos os membros do Conselho. Estes poderão propor correções aos conteúdos das suas intervenções no prazo de dois dias; findo esse prazo, a versão final, entretanto enviada a todos os conselheiros, será divulgada na página na Internet e no número seguinte do Escola Informação.

Lisboa, 23 de maio de 2013

Antes de dar entrada ao 2º ponto da OT, António Avelãs apelou à participação de todos na AGS de 28/5 que deliberará sobre a adesão às greves e anunciou as Assembleias de Delegados Sindicais nas várias regiões para preparação e organização da mobilização nas escolas. Lembrou o papel fundamental da FENPROF na conciliação das várias vontades do movimento sindical docente com o objetivo de estabelecer o calendário das lutas. Anunciou a adesão de todos à manifestação do dia 15 e a posição da FNE que a aderir à greve do dia 17 apresentará pré-aviso próprio.

De seguida o presidente deu a palavra ao Tesoureiro para apresentar a proposta de Relatório e Contas de 2012 que obtivera o parecer favorável do CF, aprovado por unanimidade em 26 de abril passado. Salientou a quebra do valor de quotização recolhida e o esforço decorrente no sentido de conter as despesas. Destacou o facto positivo dos valores constantes do Relatório não concretizarem as perspetivas orçamentadas, tendo sido possível atingir maior equilíbrio que o previsto. Realçou o ato eleitoral e o espetáculo de aniversário do SPGL como dois momentos importantes na vida do sindicato; o primeiro pela contenção de despesas das listas, embora ainda seja um valor muito elevado; o segundo por não ter atingido o valor orçamentado, atendendo às receitas próprias geradas.

O Presidente deu a palavra aos conselheiros, tendo sido registadas intervenções de:

Francisco Santos, que assinalou uma melhoria na apresentação das contas;

Joaquim Veiguiha, que pediu esclarecimentos sobre os montantes atribuídos às listas candidatas às eleições para corpos gerentes, para propaganda e quais os eventos divulgados, devendo futuramente ser expresso se o Sindicato financia ou não outros movimentos e organizações; o montante para indemnizações; frisou discrepâncias nos gastos em Santarém atendendo ao número de sócios comparativamente com outras regiões.

Óscar Soares, que saudou a melhoria na apresentação do documento e lembrou que é um instrumento importante para a compreensão e correção das opções de gestão; sugeriu apresentação do relatório de sindicalização.

Augusto Pascoal, que recordou propostas apresentadas por si há 2 anos com o objetivo de sustar à dessindicalização e aumentar a sindicalização; lembrou que a quota deve ser encarada como um investimento e não como uma despesa; defendeu a existência de mutualidades de apoio aos sócios na velhice, com apoio domiciliário e Casas do Professor; para os jovens professores há a necessidade de reforçar a análise sobre pedagogias e métodos de trabalho; há temas para seminários e conferências; concluiu que há espaços de intervenção e não compreende oposições ideológicas que

impeçam o seu desenvolvimento; o desempenho docente deve ser colocado no centro do debate.

José Manuel Vargas considerou que o SPGL não tem por missão prestar serviços, à imagem das associações de socorros do séc XIX; alertou que essa alteração funcionará como argumento para o demissionismo do Estado no cumprimento das suas funções. De seguida, formulou duas questões: uma sobre se a Delegação regional de Santarém não corria o risco de se transformar no "elefante branco" do sindicato, atendendo às despesas que apresenta face ao nº de sócios que serve; a outra, na sequência da intervenção de outro conselheiro e considerando o aumento exagerado de despesas em algumas rubricas, cujo orçamento era muito inferior, se sim ou não o sindicato estaria a financiar movimentos exteriores. Por último, exprimiu a sua opinião sobre despesas que considerou desproporcionadas em relação aos órgãos a que dizem respeito, dando como exemplos o Conselho Fiscal, o Conselho Geral e, designadamente, a Assembleia Geral de Delegados Sindicais que considerou continuar a ser desvalorizada, situação que urge inverter.

André Pestana começou por esclarecer as razões da sua ausência nas últimas reuniões apesar de terem sido sempre justificadas devidamente à direção; manifestou sua preocupação face ao grau de mobilização existente em algumas escolas para aderir às próximas greves e que também por isso propôs um novo ponto na ordem de trabalhos desta reunião (recusada) para que melhor se pudesse preparar o sucesso destas greves; sublinhou a sua surpresa por uma proposta de greve, semelhante às previstas para junho, apresentada no congresso da FENPROF no início de maio com 650 delegados ter merecido apenas 5 votos favoráveis sendo dias mais tarde aprovada num hotel fechado entre dirigentes sindicais; questionou o tesoureiro sobre despesas apresentadas e não orçamentadas e sobre o aumento das despesas com dirigentes (refeições, transportes, etc.); defendeu a possível necessidade na contenção das despesas com as listas nos processos eleitorais; questionou qual o sentido da reestruturação em estudo (implicando isso o despedimento de funcionários e encerramento de delegações regionais); referiu a desilusão com a orientação da política sindical nos últimos anos (nomeadamente na luta de 2008/2009) como um dos principais fatores de dessindicalização.

Rolando considera que, num contexto de grande redução do nº de professores do quadro, é quase um milagre que o sindicato mantenha os dados de sindicalização e de receitas que apresenta; o excessivo peso com despesas de pessoal pode hipotecar a ação sindical; questionou se as despesas regionais contemplam custos com pessoal; saudou a forma como a apresentação das contas foi feita.

Rui Curto manifestou a sua completa solidariedade para com os dirigentes que, no contexto atual, continuam a lutar e a trabalhar para a construção de um SPGL mais

forte e combativo; não compreende que venham conselheiros suscitar dúvidas relativamente ao trabalho em algumas regiões.

Everilde sentiu-se ofendida pelas dúvidas suscitadas pelas contas da região de Santarém onde o desemprego, o encerramento de escolas, os suicídios são dados tão chocantes.

Rui Curto reforçou a necessidade de discutir as propostas do Pascoal.

José Manuel Vargas pediu a palavra para se defender, sublinhando que apenas tinha suscitado dúvidas face às discrepâncias entre as verbas atribuídas às delegações regionais, pelo que retirar outras ilações da sua intervenção seria abusivo.

Óscar considera que as deficiências do sindicato poderiam ser objeto da ponderação do CG.

O Presidente reforçou a ideia de reunir o CG caso a direção proponha para debate grandes questões de carácter político-sindical.

Veiguiha reiterou que em sua opinião ou se aumentam receitas ou se reduzem despesas.

O Presidente deu a palavra ao Tesoureiro que procurou responder às dúvidas suscitadas pelos conselheiros, lamentando todavia não dispor consigo de dados que lhe permitissem esclarecer as razões objetivas do aumento substancial relativamente ao orçamentado para materiais de propaganda para as eleições. Disse que o ato de orçamentar é difícil; lembrou que a região de Santarém é a que tem mais funcionários e maior número de delegações; houve uma rescisão com uma colaboradora que não estava disponível para passar recibos verdes; futuramente será considerada a inclusão de relatório de sindicalização; esclareceu que a afetação das despesas dos dirigentes e delegados sindicais resulta das declarações prestadas pelos próprios; informou o aumento de 1 euro no valor das refeições dos dirigentes; precisou que o peso dos salários dos funcionários nas receitas da quotização é de 62%.

André Pestana propôs a integração de uma referência à orientação política e sindical nos últimos anos (exemplo na luta docente do ano letivo 2008/2009), que levou à desmoralização/desilusão de amplos setores na classe docente, como uma das principais causas de dessindicalização e consequente diminuição das receitas/quotizações.

O Presidente colocou à votação a admissão da proposta. A proposta foi rejeitada com apenas 1 voto a favor.

De seguida, o Presidente colocou à votação a proposta de Relatório e Contas que foi aprovada por maioria, com 1 voto contra (André Pestana) e 7 abstenções.

Óscar Soares e André Pestana anunciaram as suas intenções de apresentar declarações de voto que serão apenas a esta síntese.

O Presidente apresentou uma proposta de síntese dos trabalhos com vista à sua publicação e deu por encerrada a reunião pelas 19h 50.

Esta síntese foi elaborada por Paula Velasquez, que secretariou a reunião, e revista pelo Presidente do CG.

Lisboa, 29 de maio de 2013

Anexos: Declarações de voto dos conselheiros André Pestana da Silva e Óscar Soares.

Declaração de voto

do conselheiro André Pestana da Silva

O principal motivo que me levou a votar contra este relatório e contas de 2012 foi não se reconhecer que uma das causas mais significativas para a queda das receitas (diminuição das quotizações) tenha sido a orientação da política sindical nos últimos anos. Esta orientação, infelizmente, levou à derrota/desmoralização de amplos setores da classe docente que se sentiram traídos. Enquanto não se reconhecerem as principais causas de dessindicalização muito dificilmente conseguiremos resolver este grave problema do nosso sindicato e do sindicalismo em geral. A minha proposta de adenda foi rejeitada.

Lisboa, 23 de maio de 2013

Declaração de voto

do conselheiro Óscar Soares

Pretendo destacar que, além dos motivos de fundo que levam à votação favorável da proposta, se constata uma significativa melhoria na apresentação com clareza e transparência do Relatório e Contas relativos a 2012, possibilitando uma melhor análise da situação do sindicato, das suas deficiências e dificuldades e das perspectivas de as corrigir.

Atendendo às atuais dificuldades financeiras, parece-me importante um necessário controlo orçamental e rigor na gestão, na sequência do que tem vindo a ser levado a cabo.

Sugere-se ainda a distribuição a este conselho, em simultâneo com a de futuros relatórios, de um ponto da situação no que respeita à sindicalização ao nível do SPGL e à sua evolução, que serão auxiliares importantes para a referida análise.

Lisboa, 23 de maio de 2013